

Conversa sobre o Futuro da Democracia

Paul W. Kahn

Coprodução:

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

 RTP 3

FUTURE FORUM

Conversa sobre o futuro da Democracia

Paul W. Kahn

A crise mais profunda do Estado democrático liberal emerge quando os conflitos políticos resistem à resolução institucional. Os Estados Unidos estão atualmente a atravessar uma crise semelhante. Mas não estão sozinhos entre as democracias ocidentais. Os eleitores de Trump recusam-se a aceitar a eleição de Biden: simplesmente não conseguem imaginar um mundo em que ele pudesse ter vencido. Inversamente, os progressistas não conseguem imaginar um mundo em que Trump pudesse ganhar uma eleição de forma justa. As eleições dividem, em vez de unirem. Algo semelhante já tinha acontecido no Reino Unido, com a votação do Brexit. E esta mesma divisão está bem presente nas decisões judiciais. Os liberais dos Estados Unidos não estão dispostos a aceitar uma decisão do Supremo Tribunal que defenda uma proibição legislativa do aborto. Por outro lado, os conservadores nunca aceitaram a legitimidade da decisão judicial de 1973, que o legalizou.

Quando os conflitos excedem a capacidade institucional de uma nação para decidir, o Estado é colocado numa condição de guerra civil. Os cidadãos já não conseguem imaginar um bem comum e público; percebem o desacordo como uma ameaça. E se a guerra se transforma em violência real é apenas uma questão de tática. Nos Estados Unidos, as táticas convergiram em violência quando os apoiantes do Trump invadiram o Capitólio, a 6 de Janeiro. As guerras civis por vezes terminam com a derrota de uma das partes, mas hoje em dia este cenário não é provável. Os movimentos secessionistas, por exemplo, podem durar muito tempo. E por vezes, estes conflitos terminam com a divisão territorial. Isto pode ser possível em alguns locais – como a Escócia, por exemplo – mas não em termos gerais, e seguramente que não nos Estados Unidos. Outras vezes, estes conflitos terminam quando surge uma nova crise que une os dois lados. Alguns norte-americanos pensavam que a pandemia o faria, mas em vez disso aprofundou ainda mais o conflito político.

De uma perspetiva histórica, o elemento mais surpreendente nestes conflitos políticos entrenchados de hoje é que já não se baseiam no fosso entre ricos e pobres ou mesmo entre o capital e os trabalhadores. O conflito nos Estados Unidos também não é essencialmente um conflito entre grupos definidos por raça, etnia ou religião. Permanecem elementos destas velhas crenças, claro, mas no seu cerne, o nosso conflito contemporâneo é entre democratas liberais e autoritários populistas.

Esta divisão profunda e aparentemente irresolúvel, presente em estados tão diversos como a Hungria, a Polónia, os Estados Unidos, o México e o Brasil, faz renascer os clássicos receios de que as democracias deem lugar a tiranias. Os antigos compreendiam que o autoritarismo se alimenta precisamente das mesmas práticas que são as condições da governação democrática. O autoritarismo populista é a auto-imolação da democracia. Façamos uma analogia: ao tornar a informação livremente disponível na Internet, será uma questão de tempo até a pornografia dominar. O populismo é a pornografia política de uma democracia. É acessível, divertido, transgressivo e ameaçador. Sem surpresas, Trump teve mais do que um simples contacto fortuito com a pornografia. O mesmo aconteceu com Berlusconi.

Os tiranos de hoje são notáveis, não na sua ambição de tomar o poder e controlar os recursos do Estado, mas na forma como alcançam os seus fins: não com armas, mas com votos. Criam um enorme ecossistema de informação que produz os soldados de infantaria do seu regime – os eleitores. Quando chegam ao poder, instrumentalizam a lei, enchem os gabinetes estatais (incluindo posições judiciais) com partidários e manipulam as instituições eleitorais para marginalizar a oposição. Veem a oposição democrática como o inimigo e tentam usar o direito penal para eliminar os opositores. Enfraquecem a imprensa livre, atacam as universidades e tentam intimidar quem quer que fale contra eles. A cartilha é bastante comum: poderia estar a falar de Orban, Trump ou Bolsanaro.

Estas práticas reforçam os nossos pressupostos sobre como funciona um sistema democrático. Mas como devemos responder? Devemos restringir eleições, proibir candidatos ou censurar o seu discurso? Não será isto estar a adotar precisamente as práticas dos autoritários? Devemos impedir as fortunas privadas de criarem organizações da sociedade civil destinadas a influenciar as eleições? Devemos remover do seu cargo os juízes devidamente nomeados ou aprovar leis retroativas? É provável que os Estados democráticos façam experiências nesse sentido. Todas estas intervenções para proteger a democracia serão contestadas em nome da própria democracia. Os cidadãos perguntar-se-ão: “Quem são os democratas?”, já que os populistas autoritários afirmam sempre agir em nome do povo real.

Como chegámos a este estado de conflito irresolúvel? No final do século XX, os críticos das democracias liberais centraram-se na desigualdade económica como fonte de perturbação. A distribuição permanece terrivelmente injusta, mas a desigualdade económica não explica a recente viragem para o autoritarismo populista nos Estados Unidos. Em termos mais genéricos, quando os autoritários ganham poder, raramente adotam políticas que abordam a distribuição injusta, embora possam deslocar os beneficiários da má distribuição. A injustiça económica, enquanto origem, poderia alimentar um populismo à esquerda, juntamente com o da direita, mas hoje em dia só o autoritarismo de direita está a ter sucesso. A Venezuela pode ser uma exceção, mas dificilmente está a ser bem-sucedida.

A viragem para o populismo a que assistimos atualmente é alimentada pela raiva, pela ansiedade e pelo medo dos eleitores. Estes sentimentos não são condições “naturais”; são cultivados por comentadores e políticos que têm acesso a um apoio financeiro aparentemente interminável. As paixões não são apenas cultivadas: são dirigidas contra as autoridades e instituições tradicionais - as chamadas “elites”. O que parece ser populismo a subir a partir das raízes é, pelo menos nos Estados Unidos, um movimento financiado e dirigido a partir do topo. Trump parecia ter surgido do nada, mas o seu caminho tinha sido bem preparado por um ecossistema de direita que incluía meios de comunicação, grupos de reflexão e grupos de pressão financiados por algumas famílias extraordinariamente ricas, como os irmãos Koch, os Mercer e os Murdoch.

Estes facilitadores do autoritarismo existem há décadas, mas até recentemente ocupavam as franjas da política partidária conservadora. Avançaram da periferia para o centro, porque o fosso aumentou entre a forma como vivemos as nossas vidas e as instituições da democracia liberal. Cada vez mais pessoas não estão preparadas para serem os cidadãos que as instituições democráticas imaginam e em quem confiam.

As práticas e as instituições das democracias liberais têm a sua origem no século XIX: eleições regulares, escrutínios secretos, partidos políticos, sufrágio universal, juridificação e administração. Estas instituições contribuíram para uma ideia de democracia muito mais rica do que a mera agregação de votos individuais. Essencial para o seu sucesso foi a liberdade de expressão, pois numa democracia a opinião pública devia governar. As instituições democráticas que operavam em condições de liberdade de expressão tinham o objetivo de estabelecer as condições de legitimidade para a formação da vontade pública. Essa vontade não antecede a política, como se uma eleição fosse simplesmente outra forma de sondagem de opinião. Pelo contrário: a política democrática foi o processo através do qual o público se veio a conhecer a si próprio. O populista, por outro lado, afirma sempre conhecer a vontade do público antes de se ter revelado à população. Ataca o processo de formação democrática da vontade pública, postulando estar repleto de “notícias falsas” e acusando-o de estar a ser dirigido por elites corruptas.

Na teoria democrática clássica, o debate político desinibido acabaria por conduzir a uma opinião pública informada pela razão. As ideias devem ser testadas em relação a outras ideias num processo de debate livre. Consequentemente, a resposta ao discurso falso ou enganoso foi sempre “mais discurso”. Nos Estados Unidos, esta ideia remonta, pelo menos, a Thomas Jefferson. Tornou-se lei constitucional no século XX através do trabalho do Juiz Oliver Wendell Holmes, em particular.

Jefferson e Holmes viviam num mundo em que imaginavam a deliberação política como parte de uma maior busca pela verdade. Uma democracia amadurecida generalizaria as práticas da universidade e as formas de investigação seguidas pelas ciências. Jefferson e Holmes foram ambos fundadores de universidades; ambos pensavam em si próprios como parte de um “iluminismo democrático”. Mas experimentemos a sua prescrição de “mais discurso” nos detratores e opositores das vacinas da atualidade. Experimentemo-la nos eleitores norte-americanos – uma

maioria do Partido Republicano – que não acreditam que Biden tenha ganho as eleições, apesar das decisões de dezenas de juizes e responsáveis públicos. A noção atual de “mais discurso” só mantém viva uma questão como um local de protesto organizado e oposição apaixonada. Estamos fartos da deliberação através das linhas partidárias, porque estamos fartos da ideia de uma opinião pública comum.

O debate público de hoje não é bem um debate. Os eleitores vivem dentro de silos de informação discretos, alguns dos quais dedicados literalmente à representação deturpada de factos e à construção de conspirações fictícias. As fontes de informação são policiadas por conformidade ideológica. Um mercado de ideias que abandona a concorrência já não apoia uma prática ética de formação da opinião pública. Sem uma ambição de persuasão e sem uma abertura à persuasão, o discurso político é propaganda. Se não podemos distinguir a propaganda da deliberação, então não podemos distinguir um regime democrático liberal de um regime autoritário populista.

Quando o discurso abandona a persuasão em prol da propaganda, as eleições não podem ser legítimas. Uma minoria perdedora não tem razões para aceitar um resultado eleitoral sem uma oportunidade de persuadir a maioria. As eleições tornam-se meros dispositivos através dos quais uma maioria pode coagir uma minoria. Nos Estados Unidos, o partido perdedor pode nem sequer ser uma minoria: em 2016, Trump foi eleito com uma minoria dos votos. Nunca manifestou qualquer interesse em persuadir aqueles que votaram contra ele. Hoje em dia, a perda eleitoral parece mais uma derrota numa guerra do que um momento num grande empreendimento contínuo de formação de vontade coletiva. E parece assim porque efetivamente é: as nossas instituições já não são capazes de resolver as nossas diferenças, mas apenas de declarar vencedores e vencidos.

Para compreender a ameaça crescente do autoritarismo populista, temos então de compreender como tantos cidadãos optaram por abandonar a persuasão em prol da propaganda. Muitos identificam a génese dessa mudança na ascensão da Internet e das redes sociais. Não há dúvida que as mudanças tecnológicas exacerbaram o problema. Mas sabemos, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, como a propaganda pode ser politicamente perigosa. A rádio era uma fonte de propaganda tão perigosa no seu tempo como a Internet é hoje em dia. Podemos até voltar ainda mais atrás no tempo e vemos algo semelhante nos movimentos de renascimento religioso que varreram regularmente as comunidades norte-americanas no século XIX. Um comício de Trump tem mais em comum com um renascimento religioso do que com um debate político.

O discurso sempre constituiu tanto uma promessa como uma ameaça às democracias: a legitimidade exige liberdade de expressão; a propaganda ameaça a legitimação democrática. A qualidade de uma democracia depende da qualidade do discurso da sociedade, e isso, por sua vez, depende do carácter dos seus cidadãos. Também este ponto é tão antigo como a teoria política: uma democracia requer cidadãos virtuosos. Simplesmente não existe um substituto – institucional ou processual – para o carácter. Não foi a mudança tecnológica nem a desigualdade material, mas sim o colapso da sociedade civil que nos trouxe à crise da democracia liberal. A sociedade civil já não

produz um *ethos* democrático de preocupação – preocupação com os outros e com o bem comum.

As democracias liberais requerem instituições intermediárias que preencham o espaço entre o governo e os mercados. Foi isto que Tocqueville descobriu na América e que foi celeberramente teorizado. Estas instituições incluíam tradicionalmente famílias, igrejas, sindicatos, clubes, ONG, universidades e partidos políticos. Qual destas é mais dinâmica hoje em dia? Estas instituições operam numa zona cinzenta entre o privado e o público. As igrejas, por exemplo, são privadas por lei, mas são também o espaço mais público que muitos cidadãos ocupam regularmente. Na Nova Inglaterra, onde vivo, tradicionalmente a reunião de munícipes e o culto dominical decorriam na Meeting House, que neste caso era a Igreja Congregacional. Hoje em dia, poucos residentes participam no serviço dominical, e ainda menos nas reuniões de munícipes.

A interseção do privado e do público sustentava um *ethos* de responsabilidade pública. As instituições da sociedade civil formavam carácter ao pedir aos cidadãos que trabalhassem em conjunto para o bem público. Sustentavam uma prática de voluntariado: esperava-se que todos fizessem a sua parte; todos eram responsáveis perante todos os outros. A igreja modelou uma forma de compromisso civil que continua hoje em dia no corpo de bombeiros voluntários, na associação de ambulâncias, nos clubes de serviço público e nas organizações de pais e professores. Sem surpresas, todas estas instituições estão hoje sob tensão existencial, deixando as famílias por conta própria para lidar com um ambiente de trabalho cada vez menos solidário e com administradores burocráticos de programas públicos – incluindo as escolas. Para muitas famílias, isto é simplesmente demasiado.

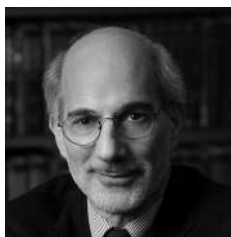
Uma democracia liberal não pode contar apenas com o voto. Os eleitores têm de aprender a ser cidadãos. Esta educação advinha tradicionalmente das práticas de voluntariado no seio da sociedade civil e do governo local. Mas quem tem tempo ou interesse para ser voluntário hoje em dia?

Afastando-se da praça pública e passando cada vez mais tempo em casa, os cidadãos voltam-se para a Fox News e para o Facebook. Aí são saudados pelos conspiradores e perpetradores de ódio, ansiosos por preencher a lacuna deixada pelo desaparecimento da sociedade civil. Algo como o fenómeno QAnon está a ocupar o espaço imaginativo da sociedade civil na interseção do privado e do público. Também forma carácter ao oferecer uma imagem de um bem público que atrai o esforço voluntário dos participantes. Mas para que fim? Ou, mais concretamente, para a agenda de quem? Notavelmente, os manifestantes que invadiram o Capitólio norte-americano não faziam a mínima ideia do que era suposto fazerem quando conseguissem entrar.

Os problemas das democracias liberais em dificuldades não podem ser curados pela regulamentação, porque não podemos forçar os cidadãos a prestar atenção, a ter simpatia uns pelos outros ou a ser razoáveis. Podemos fornecer informações, mas não podemos garantir que estas ganhem numa competição com falsidades deliberadas. O problema com Trump não é que a informação verdadeira não esteja

disponível, mas sim que os seus apoiantes o oiçam apenas a ele e àqueles que o apoiam. Eles não estão dispostos a fazer o trabalho de cidadania. São capturados por um mundo alternativo de propaganda divertida. Estes movimentos acabam mal, precisamente porque não estão preparados para governar. E vimos as consequências disto mesmo quando a COVID chegou.

Não podemos manter o crente da conspiração fora da cabine de voto. Nem a lei, nem as eleições nos podem salvar de nós próprios. Temos de cuidar e cultivar a formação do carácter. E para o fazer, temos de alimentar a sociedade civil. Se deixarmos a formação do carácter ao mercado e aos meios de comunicação social, estaremos a seguir o antigo caminho que liga a democracia à tirania.



Paul Kahn é Professor Robert W. Winner de Direito e Humanidades e Diretor do Orville H. Schell, Jr. - Centro para os Direitos Humanos Internacionais da Universidade de Yale. Leciona nas áreas do direito constitucional e da teoria do direito internacional, da teoria cultural e da filosofia. Antes de ingressar na Universidade de Yale, em 1985, foi assistente no Supremo Tribunal de Justiça Americano e praticou advocacia em Washington, D.C., período em que participou na equipa jurídica que representou a Nicarágua perante o Tribunal Internacional de Justiça. É autor de inúmeros livros nas áreas do direito constitucional, da teoria política e da filosofia. De entre os seus últimos livros destacam-se: *Making the Case: The Art of the Judicial Opinion*; *Origins of Order: Project and System in the American Legal Imagination*; e *Testimony*. O seu livro mais recente intitula-se *Democracy in America 2020* e será lançado na Primavera. Licenciou-se na Universidade de Chicago e doutorou-se em Filosofia na Universidade de Yale.

GULBENKIAN IDEAS

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM